

A TEORIA DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA (PARTIDO) ANARQUISTA EM BAKUNIN

Felipe Corrêa

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo apresentar e discutir a concepção teórica de organização política (partido) anarquista desenvolvida por Mikhail Bakunin, durante seu período anarquista (1868-1876), em escritos e cartas. Trata-se de um tema marginalizado, mesmo dentre os autores que estudaram mais profundamente a vida e a obra de Bakunin.

A história da organização política fundada em 1868 por Bakunin e outros anarquistas, que num outro momento propus chamar de “Aliança”, é pouco conhecida. Isso se explica pelo silêncio de seus membros, pela falta de documentos a esse respeito, e por uma “versão oficial” da história construída posteriormente pelos próprios anarquistas. Ainda assim, sabe-se hoje que Bakunin e outros fizeram parte dessa organização, e que ela teve um braço público, mais conhecido, e um braço secreto, menos conhecido pelos pesquisadores. Também há hoje um consenso entre os pesquisadores de Bakunin que existem escritos e cartas por ele redigidos que abordam esse tema, incluindo programas e regulamentos da própria Aliança.

Apesar de não se saber até que ponto aquilo que está nesses documentos foi ou não aplicado na prática, não há qualquer dúvida de que Bakunin discutiu esse tema e que, portanto, possui uma concepção (ou mesmo uma teoria) da organização política ou partido anarquista – e que esse tema é parte integrante de sua teoria política mais ampla, a qual discuti mais pormenorizadamente em meu livro *Liberdade ou Morte: teoria e prática de Mikhail Bakunin*.

Bakunin possui uma teoria organizativa que pode ser chamada de dualismo organizacional: a noção de que a militância anarquista deve se organizar concomitantemente em dois âmbitos distintos e complementares. Um deles, da organização de massas, representada à época pela Internacional (AIT); outro, da organização de quadros, especificamente anarquista, representada pela Aliança.

Essa organização de quadros ou partido constitui-se como nível organizativo complementar ao nível de massas. Ela não pretende se impor sobre as massas e nem protagonizar o processo revolucionário. Seu duplo objetivo envolve, por um lado, estimular o fortalecimento e a radicalização da organização de massas; por outro, garantir a preponderância das posições anarquistas nas disputas internas dessa organização. Com isso, pretende motivar o avanço das massas para que, por si mesmas, protagonizem uma revolução social e construam uma sociedade socialista e libertária.

Para Bakunin, esse partido anarquista é internacionalista, devido às suas concepções de processo revolucionário e de organização de massas. É organização de tipo partidário, que, apesar de não participar de eleições e de não buscar a conquista do Estado, agrega membros em função de princípios político-doutrinários. Trata-se de uma organização secreta que, a depender do contexto, pode se tornar concomitantemente secreta e pública. É uma organização de minoria, um “partido de quadros”, que conta com princípios, programa estratégico e critérios de conduta comuns, obrigatoriamente compartilhados por seus membros, além de ampla democracia interna, baseada no federalismo e na autogestão.

Palavras-chave: Bakunin, anarquismo, organização política, partido político, partido de quadros

*** Texto apresentado no IV Congreso Internacional de Investigaciones sobre Anarquismo(s), realizado em Santiago, no Chile, em outubro de 2025**

O presente trabalho tem por objetivo apresentar e discutir a concepção teórica de organização política (partido) anarquista desenvolvida por Mikhail Bakunin, durante seu período anarquista (1868-1876), em escritos e cartas. Trata-se de um tema marginalizado, mesmo dentre os autores que estudaram mais profundamente a vida e a obra de Bakunin.

A história da organização política fundada em 1868 por Bakunin e outros anarquistas, que num outro momento propus chamar de “Aliança” (Corrêa, 2019, pp. 335-346), é pouco conhecida. Isso se explica pelo silêncio de seus membros, pela falta de documentos a esse respeito, e por uma “versão oficial” da história construída posteriormente pelos próprios anarquistas. (Vuilleumier, 1964, 1979) Ainda assim, sabe-se hoje que Bakunin e outros fizeram parte dessa organização, e que ela teve um braço público, mais conhecido, e um braço secreto, menos conhecido pelos pesquisadores. (Corrêa, 2019, pp. 335-346) Também há hoje um consenso entre os pesquisadores de Bakunin que existem escritos e cartas por ele redigidos que abordam esse tema, incluindo programas e regulamentos da própria Aliança (Cf., por exemplo, Bakunin, 2000a, 2000b, 2000c, 2000e, 2009)

Apesar de não se saber até que ponto aquilo que está nesses documentos foi ou não aplicado na prática, não há qualquer dúvida de que Bakunin discutiu esse tema e que, portanto, possui uma concepção (ou mesmo uma teoria) da organização política ou partido anarquista – e que esse tema é parte integrante de sua teoria política mais ampla, a qual discuti mais pormenorizadamente em meu livro *Liberdade ou Morte: teoria e prática de Mikhail Bakunin* (Corrêa, 2019).

Bakunin possui uma teoria organizativa que pode ser chamada de dualismo organizacional: a noção de que a militância anarquista deve se organizar concomitantemente em dois âmbitos distintos e complementares. Um deles é a organização de massas, representada à época pela Internacional (AIT). As posições estratégicas de Bakunin a este respeito são mais conhecidas, e foram desenvolvidas mais pormenorizadamente por autores como Gaston Leval (1976, 2007) e René Berthier (2012, 2014, 2015). Outro desses âmbitos é a organização de quadros, especificamente anarquista, representada à época pela Aliança. As perspectivas bakuninianas a este respeito foram pouco estudadas e são bem menos conhecidas. Trata-se exatamente do tema que será aprofundado neste texto.

Conforme buscarei argumentar, para Bakunin, essa organização de quadros ou partido anarquista constitui-se como nível organizativo complementar ao nível de

massas. Ela não pretende se impor sobre as massas e nem protagonizar o processo revolucionário. Seu duplo objetivo envolve, por um lado, estimular o fortalecimento e a radicalização da organização de massas; por outro, garantir a preponderância das posições anarquistas nas disputas internas dessa organização. Com isso, pretende motivar o avanço das massas para que, por si mesmas, protagonizem uma revolução social e construam uma sociedade socialista e libertária. Esse partido anarquista é internacionalista, devido às suas concepções de processo revolucionário e de organização de massas. É organização de tipo partidário, que, apesar de não participar de eleições e de não buscar a conquista do Estado, agrega membros em função de princípios político-doutrinários. Trata-se de uma organização secreta que, a depender do contexto, pode se tornar concomitantemente secreta e pública. É uma organização de minoria, um “partido de quadros”, que conta com princípios, programa estratégico e critérios de conduta comuns, obrigatoriamente compartilhados por seus membros, além de ampla democracia interna, baseada no federalismo e na autogestão.

NÍVEL ORGANIZATIVO COMPLEMENTAR

Bakunin considerava que uma estratégia de transformação revolucionária seria inviável sem um nível organizativo de massas, que deveria, inicialmente, agregar trabalhadores para a luta econômica imediata e, em seguida, proceder a uma educação prática pela luta de classes, promovendo crescentemente a radicalização de seus membros e um ganho de força social capaz garantir o avanço popular para a revolução social e o socialismo coletivista-federalista. Para o autor, essa organização de massas, a Internacional (AIT), seria a maior protagonista nessa emancipação completa dos trabalhadores. (Corrêa, 2019, pp. 511-531)

Entretanto, Bakunin também considerava que, para a concretização dessa estratégia revolucionária, seria indispensável um nível organizativo complementar, uma organização de quadros, a Aliança.

Àqueles que nos perguntarem para que serve a boa existência da Aliança, quando existe a Internacional, responderemos: a Internacional, é verdade, é uma magnífica instituição, ela é incontestavelmente a mais bela, a mais útil, a mais benfazeja criação do século atual. Ela criou a base da solidariedade dos trabalhadores do mundo inteiro. Deu-lhes um começo de organização através das fronteiras de todos os Estados e fora do mundo dos exploradores e dos privilegiados. Fez mais; ela já contém hoje os primeiros germes da organização da unidade futura, e, ao mesmo tempo, deu ao proletariado do mundo inteiro o sentimento de sua própria força. É

verdade, eis o imensos serviços que ela prestou à grande causa da revolução universal e social. Mas *ela não é absolutamente uma instituição suficiente para organizar e para dirigir essa revolução*. (Bakunin, 2014a, p. 82, grifos adicionados)

A organização de massas possui condições de associar os trabalhadores em causa própria com base na luta econômica imediata e proceder à educação prática da luta de classes, a qual colabora com o desenvolvimento da solidariedade e da consciência de classe dos trabalhadores, e mesmo para que eles se aproximem de posições mais francamente revolucionárias e socialistas – elementos sem dúvida imprescindíveis para uma revolução social. No entanto, Bakunin considera que à AIT faltam componentes de organização e de direção do processo revolucionário: “a Internacional [...] é um imenso meio favorável e necessário a essa organização [revolucionária das massas], mas ela ainda não é essa organização” – para tanto, a Aliança é imprescindível. (Bakunin, 2014a, p. 83)

Não se trata de considerar que os trabalhadores, em suas organizações de classe, sejam incapazes de pensar e agir além de seus interesses de curto prazo. O autor sustenta que a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores e, por conseguinte, que são as massas e seus organismos que têm de protagonizar a transformação revolucionária. Os trabalhadores possuem capacidade tanto para a luta econômica quanto para a luta política e cultural, tanto para a luta por reformas quanto para a luta revolucionária. A consciência de classe e a capacidade transformadora não vêm de fora e nem devem ser formuladas e difundidas aos trabalhadores por um núcleo exterior a eles. O sujeito revolucionário constitui-se na luta de classes, e a organização de massas e sua práxis são insubstituíveis nesse sentido.

De modo que *organizar e dirigir a revolução* não implica um organismo estranho aos trabalhadores que os utilize, numa relação hierárquica de dominação, como força auxiliar para um processo revolucionário, em que a organização de quadros é a protagonista e cujo fim imediato é a tomada do Estado – tais são as bases do blanquismo, bastante distinto do socialismo anarquista. A Aliança precisa fornecer uma solução à problemática da natureza organizativa da AIT e garantir a preponderância das posições anarquistas nas disputas internas desta associação, em especial aquelas de ordem estratégica e tática. Organizar e dirigir a revolução é, pois, estimular e garantir o fortalecimento e a radicalização das massas, assegurando a linha programática anteriormente exposta e, por meio dela, o processo de mudança que conduzirá à liberdade e à igualdade. (Corrêa, 2019, pp. 531-549)

Conforme sustenta Bakunin, em seu trabalho de massas, a organização de quadros visa a “exercer uma influência mais eficaz e potente sobre o movimento espontâneo das massas populares” e a evitar que suas organizações possam “degenerar” ou converter-se em “governo ou [...] “ditadura oficial”. Mas, para isso, é necessário que seus membros descartem os meios dominadores e relacionem-se de modo antiautoritário com os trabalhadores, apoiando-se na influência natural e usufruindo dessa relação de mão dupla. Os aliancistas “sempre têm muito mais lições a receber do povo do que a dar-lhe”; precisam trabalhar para ser apenas “parteiros mais ou menos qualificados da revolução”, e jamais seus “criadores e atores [principais]”. (Bakunin, 2000e, pp. 6-7, 16-17)

De início, a organização de quadros pode contribuir para o processo de educação prática na AIT, auxiliando no combate ao economicismo, ao corporativismo e ao reformismo. Entretanto, graças às contingências históricas, tais seções podem não existir ou não funcionar da maneira desejada e, nesses casos, a Aliança precisa assumir suas funções. Ela também tem de dar conta da problemática que envolve a natureza sindical da Internacional. A AIT articula “a luta pública e legal dos trabalhadores solidarizados de todos os países contra os exploradores do trabalho, capitalistas, proprietários e empreendedores de indústria, mas nunca vai além daí”. Mesmo que nessas instâncias seja possível realizar “a propaganda teórica das ideias socialistas nas massas operárias” – a qual, assim como a luta econômica imediata, é muito útil e necessária “à preparação da revolução das massas” –, isso “está longe da organização revolucionária das massas”. (Bakunin, 2014a, p. 83)

Mas a justificativa da organização de quadros vai além disso. Relaciona-se à “luta pública e legal” e aos limites da organização de massas porque a Internacional continua a ser uma associação pública e que atua dentro da legalidade, ao menos nos países que permitem iniciativas desse tipo. Emerge aqui um dilema. São apenas as massas que têm condições de acumular a força necessária, e são elas que devem protagonizar a emancipação dos trabalhadores; e uma associação que reúna e mobilize as massas não pode ser senão uma organização pública, por ser inviável a articulação clandestina desses enormes contingentes.

Ao se refletir sobre os fins da AIT, constata-se, sem maiores dificuldades, que eles exigem articulações e ações que não podem ser feitas em público, sob o risco de comprometer toda a organização e seus membros, e que tais fins extrapolam os limites legais de qualquer sociedade estatista e capitalista. Uma obra que possui “um objetivo

prático, revolucionário, o entendimento mútuo, que é sua condição necessária, não pode fazer-se publicamente”. Parte considerável desse esforço, se realizado em público, “atrairia contra os iniciadores as perseguições de todo o mundo oficial e oficioso, e eles ver-se-iam esmagados antes de ter podido fazer a mínima coisa”. Em vista da repressão do Estado e das classes superiores – ameaça concreta de qualquer iniciativa revolucionária –, torna-se primordial uma organização que possa atuar secretamente, cumprindo funções imprescindíveis. (Bakunin, 2014a, p. 89)

O dualismo organizacional defendido por Bakunin pretende solucionar esse dilema, uma vez que preconiza, de um lado, uma Internacional pública e de massas e, de outro, uma Aliança de quadros que atue secreta e mesmo publicamente. Conciliam-se, assim, a força social das massas com as demandas de clandestinidade da práxis revolucionária e socialista.

De qualquer modo, nunca se podem perder de vista os limites de uma organização de quadros:

Revoluções [...] não podem ser realizadas por indivíduos ou sociedades secretas. Elas derivam das circunstâncias, do curso inevitável dos eventos e só podem ter sucesso se tiverem o apoio das massas. Há momentos na história em que as revoluções são impossíveis e outros em que são inevitáveis. [...] Mas a propaganda e a ação podem preparar a revolução. Tudo que uma sociedade secreta bem organizada pode fazer é, primeiro, contribuir para a eclosão da revolução disseminando ideias que correspondam aos instintos das massas, e, depois, organizar, não o exército da revolução – o exército deve sempre ser o povo –, mas um tipo de estado-maior composto de amigos do povo sinceros, esforçados, e devotados, “sem ambição ou vaidade” e “capazes de agir como intermediários entre a ideia revolucionária e o instinto popular”. (Lehning, 1974, p. 65)

Ou seja, o autor deixa evidente que a Aliança é concomitantemente imprescindível e bastante limitada. Possui um papel destacado na relação com a Internacional, mas não pode e nem tem como realizar, ela mesma, a revolução social. É, portanto, a organização dualista dos trabalhadores – organização de massas e organização de quadros – que possui respostas adequadas ao dilema colocado.

Ademais, há outra justificativa para a existência de uma organização de quadros que atue na AIT: as diversas disputas internas, sobretudo as de caráter estratégico e tático. Com base no conceito de força social, sabe-se que qualquer espaço que agregue pessoas em torno de um propósito envolve disputas entre seus membros, as quais, no limite, definem seu caráter, sua função, sua trajetória etc. Se isso é um fato para a

sociedade como um todo, também o é para qualquer organização – parece evidente que, no caso da organização de massas, isso não é diferente.

A AIT, em tudo aquilo que lhe diz respeito, não é mais que o resultado de enfrentamentos entre o conjunto das forças sociais mobilizadas por seus membros, grupos, setores, seções, e, também, entre a própria associação e as forças exteriores a ela. Seus objetivos, sua linha estratégico-tática e sua estrutura são o produto desses enfrentamentos, no qual interagem sua militância e seus agrupamentos (formais e informais), os fatores estruturais da sociedade e a ação de outras coletividades (classes dominantes, repressão etc.). Por esse motivo, os anarquistas precisam contar com uma estrutura organizativa que lhes proporcione as condições de intervir adequada e eficazmente nessa disputa com outras forças divergentes, mais ou menos articuladas.

Para atuar no seio da classe trabalhadora, é necessário reconhecer uma luta de tendências, e que nem todos os caminhos levam a Roma. Foi isso que fez Bakunin na Primeira Internacional. O revolucionário russo entendia que existiam duas formas de conceber a Internacional, que seu horizonte estava representado por dois “partidos” diferentes. [...] O ponto central da ideia de Bakunin é *assumir com realismo a diversidade de tendências no interior de uma organização de massas. Diversidade que leva, necessariamente, à luta ideológica*. Nesse sentido, personagens como Engels e Utin podem ser pensados, sem maiores problemas, como parte de uma linha, de uma tendência, mais ou menos orgânica; eles são partidários de *uma visão determinada de como construir o socialismo*. Ainda que Bakunin exagere a situação real do “partido marxista”, creio que sua análise faz referência a um assunto mais de fundo: *o reconhecimento inerente da luta ideológica no interior das organizações de trabalhadores*. (Rivas, 2014, pp. 50, 54, grifos adicionados)

Uma organização de massas que não funciona sob os limites de uma linha político-ideológica obrigatória e homogênea a todos seus membros – ou seja, a maneira que AIT foi concebida para ser e que pautou a maior parte de sua trajetória – possui diversidade de tendências, de forças sociais que representam diferentes concepções políticas e, por isso mesmo, conta com lutas político-doutrinárias entre partidários das distintas posições. Isso, como na própria sociedade, é natural e saudável. A existência dessas tendências explica-se porque, mesmo que se defenda a emancipação dos trabalhadores por meio da revolução e do socialismo, há concepções díspares acerca do que são, precisamente, esses objetivos, e de como eles devem ser buscados. Tais respostas não são óbvias e, de certo modo, explicam as diversas tendências de uma organização de massas como a Internacional.

A Aliança é a organização que promove – de maneira articulada, e usufruindo dos benefícios da força social coletiva – um determinado programa para a AIT. Essa linha de massas exige um organismo que a estimule permanentemente, garantindo que ela possa prevalecer na disputa com outras tendências.

ASPECTOS CONSTITUTIVOS, OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS, CARÁTER INTERNACIONALISTA E DE QUADROS

Para Bakunin, a Aliança é *uma organização internacionalista* graças à maneira que concebe o processo revolucionário e o caráter da organização de massas, ambos os quais são, ao mesmo tempo, internacionais e internacionalistas. Ela é *uma organização política de tipo partidário*, uma vez que reúne seus membros em função de princípios político-doutrinários bem determinados, de um programa explícito e aprofundado, e de posições comuns nos diferentes campos. É uma *organização secreta* que pode, a depender das circunstâncias, tornar-se, ao mesmo tempo, *secreta e pública*. É *uma organização de minoria, um partido de quadros*, pois reúne um número restrito de membros, com base em critérios qualitativos, dentre os quais se destacam: capacidade de influência, polifuncionalidade e determinadas características pessoais. Enfim, a Aliança é uma

organização secreta formada no próprio seio da Internacional, para dar a esta última uma organização revolucionária, para transformá-la, e todas as massas populares que se encontram fora dela, em uma força suficientemente organizada para aniquilar a reação político-clerical-burguesa, para destruir todas as instituições econômicas, jurídicas, religiosas e políticas dos Estados. (Bakunin, 2014a, p. 89)

E, também, para forjar as bases de uma sociedade emancipada, do socialismo coletivista-federalista. O autor argumenta que “a Internacional e a Aliança, tendendo para o mesmo objetivo final, perseguem ao mesmo tempo objetivos diferentes”. Ou seja, ambos os níveis organizativos, de massas e de quadros, têm o mesmo objetivo finalista, mas, ao mesmo tempo, cada um desses níveis tem objetivos específicos. Em grandes linhas, a AIT “tem por missão reunir as massas operárias, os milhões de trabalhadores [...] em um só corpo imenso e compacto”, e a Aliança “tem por missão dar às massas uma direção realmente revolucionária”. (Bakunin, 2000d, p. 8)

Os objetivos da organização de quadros devem assim ser compreendidos: primeiro, um objetivo final, que se assemelha àquele proposto para a organização de

massas; segundo, alguns objetivos específicos, que definem a finalidade específica da Aliança na relação com a Internacional e os trabalhadores em geral.

Para formar todas essas organizações revolucionárias, indispensáveis para o triunfo da causa popular, para *impulsioná-las e estimulá-las*, para, por um lado, *dirigi-las* e, por outro, *impedir que possam degenerar-se ou converter-se em governos*, mesmo que de modo provisório, é evidente a *necessidade de uma força, de uma organização coletiva invisível* que, obedecendo a um *programa franca e completamente revolucionário* e levando-o às suas últimas consequências, *abstenha-se ela mesma de toda manifestação, de toda ingerência governamental ou oficial*, e possa, assim, por si mesma, *exercer uma influência ainda mais eficaz e poderosa sobre o movimento espontâneo das massas populares*, bem como sobre a *ação e todas as medidas revolucionárias de seus delegados e seus comitês*. Esse é o único objeto da organização da Y. [Aliança]. (Bakunin, 2000e, pp. 6-7, grifos adicionados)

Isso significa que, se por um lado a organização de massas precisa construir uma força social capaz de suplantar as forças estatistas e capitalistas das classes dominantes, por outro, a organização de quadros tem de conformar uma força social com condições de se impor às outras, nas disputas interiores às próprias classes despossuídas, garantindo um rumo estratégico à AIT.

Em síntese, a Aliança possui um objetivo finalista e três objetivos específicos. Seu objetivo final é: *Destruir o sistema estatista-capitalista, as classes sociais e a dominação em geral; construir o socialismo coletivista-federalista a partir das associações de operários e camponeses, garantindo sua liberdade e sua igualdade plenas*. Seus objetivos específicos são: 1.) *Conformar uma organização de quadros revolucionária com base em princípios, programa e linhas estratégicas e táticas*; 2.) *Buscar o crescimento de força social e influência dessa organização entre os trabalhadores e a implementação de seu programa*; 3.) *Garantir que a organização de quadros não se transforme num novo organismo de dominação e subjugação das massas, mas que estimule e potencialize seu protagonismo*.

A organização de quadros tem, assim como a organização de massas, caráter internacionalista, mas se distingue dela graças a seu caráter (político) de quadros. Ao passo que a primeira é uma organização política, de quadros (minoria), secreta ou secreta e pública, a segunda é uma organização social-popular, de massas (maioria) e pública. Tais características possuem implicações diretas na maneira que a Aliança organiza-se e no perfil dos membros que reúne.

Bakunin concebe a Aliança como uma *organização política*, tanto por seus objetivos e funções quanto por seu caráter de quadros. É certo que ela não pretende disputar ou conquistar o Estado por meio de eleições, reformas ou revolução; trata-se, distintamente, de um “partido que recusa a participação nas eleições, que recusa mesmo a tomada do poder político, por ser este um instrumento de retorno à dominação e que, portanto, não se destina a qualquer existência institucional”. (Angaut, 2005, p. 553) Sua atuação é política na medida em que estimula e influencia um movimento revolucionário de trabalhadores que possui, dentre seus objetivos, a abolição do Estado. “Não formamos uma instituição teórica ou exclusivamente econômica. A Aliança não é nem uma academia, nem uma oficina; é uma associação essencialmente militante”. É uma organização partidária que reúne membros com homogeneidade no campo do pensamento e da ação em torno de posições político-doutrinárias anarquistas, e as expressa por meio de princípios, programa e linhas estratégicas e táticas, que pretendem subsidiar uma intervenção eficaz tanto na correlação de forças da Internacional quanto dos trabalhadores e da própria sociedade. Por isso, em comparação com a organização de massas, o programa da organização de quadros é “mais explícito e mais determinado sob o aspecto das questões políticas [anarquismo], religiosas [ateísmo] e sociais [linhas e objetivos]”. (Bakunin, 2014a, pp. 82-83)

Uma vez que o autor caracteriza a Aliança como um partido, é preciso, além disso, dizer que, frente à já clássica distinção, ela é um partido de quadros e não de massas. “O número desses indivíduos [membros da Aliança] não deve, pois, ser imenso”. Para cada país europeu, “cem revolucionários forte e seriamente aliados são suficientes”, sendo que, “para a organização do maior país”, “duas, três centenas de revolucionários bastarão”. (Bakunin, 2000b) A Aliança distingue-se tanto da Internacional, uma organização de maioria – e, para tal, possui critérios de ingresso mais flexíveis e princípios e programa mais limitados –, quanto dos partidos de massas, cujas condições de ingresso e participação são modestas. Trata-se de uma organização de minoria, que possui exigências mais duras em termos de ingresso, participação e conduta dos membros, e que conta com princípios político-doutrinários bem determinados e com um programa explícito e aprofundado, os quais são obrigatórios ao conjunto dos membros.

Ademais, a organização de quadros é prioritariamente secreta – ela precisa ter condições de constituir-se desse modo para realizar tudo aquilo que não pode ser feito publicamente – o que também reforça o fato de a Aliança ter de ser uma organização de

minoria. Mas ela não precisa ser completamente secreta; pode contar com a devida flexibilidade para, conforme as possibilidades e necessidades circunstanciais, se adaptar ao contexto e, se for o caso, usufruir das instâncias e atividades públicas. Isto é, a Aliança tem possibilidade de se tornar uma organização ao mesmo tempo secreta e pública.

O caráter de quadros da Aliança reforça-se pelo perfil de seus membros, com o critério de ingresso e a participação priorizando a qualidade e não a quantidade. Esses *quadros* – aos quais Bakunin (2000b, 2000e) se refere como “irmãos” ou “aliados” – são militantes acima da média, que possuem concordância político-doutrinária e programática entre si e que se destacam por sua influência natural entre os trabalhadores, sua polifuncionalidade e suas características pessoais.

O autor considera que a organização de quadros deve

assegurar-se do concurso de todos os líderes populares. Chamo de líderes populares indivíduos na maior parte do tempo emanados do povo, vivendo com ele sua vida, e que, graças à sua superioridade intelectual e moral, exercem sobre ele uma grande influência. [...] É preciso buscar os bons líderes, aqueles que não buscam seu próprio interesse senão no interesse de todos. (Bakunin, 2014a, p. 88)

Em termos de origem de classe, o quadro aliancista é em geral um trabalhador, mas não necessariamente precisa ser um; pode ser também um membro emanado das classes dominantes que tomou o lado dos oprimidos na luta de classes. Esse quadro precisa ter condições de *influenciar* os trabalhadores, de ser uma liderança entre eles e, assim, conseguir, através de sua influência natural, persuadi-los, convencê-los de suas posições, engajá-los em seu projeto político. Entretanto, isso precisa ser feito por meios que levem aos fins desejados e que obedeçam a certos pressupostos éticos. Os critérios autoritários de aumento de força social devem ser descartados, dentre os quais estão a dominação das massas e a substituição de um projeto coletivo de transformação pela mobilidade individual ou grupal.

Além disso, o quadro da Aliança é *polifuncional*, ou seja, desempenha funções variadas, externas e internas à organização, que não obedecem à divisão hierárquica entre trabalho intelectual e manual – uma cisão da organização entre uma direção que decide e uma base que executa. E como esse quadro é, antes de tudo, o elo entre a Aliança e as massas trabalhadoras, o meio através do qual se promove uma linha de massas determinada, sua função mais importante é “a propaganda e o trabalho de organização”.

Em relação à propaganda, trata-se de produzir e difundir, pelos mais distintos meios, a linha político-doutrinária da organização de quadros, assim como aquelas posições que a fortalecem entre o público: posições programático-estratégicas, análises e leituras estruturais e conjunturais etc., de modo que isso promova os pontos de vista da organização entre os trabalhadores. E essa “propaganda” tem de ser feita “não somente por meio de palavras, mas de fatos”. Isto é, ela não envolve apenas as formas discursivas, mas se apoia sobretudo nas práticas que podem ser multiplicadas pela força do exemplo. Em relação ao trabalho de organização, trata-se de efetuar aquilo que se chamará durante o século XX de *trabalho de base*, estimulando a criação, o crescimento e a radicalização das seções de ofício e do conjunto da Internacional, buscando implementar o programa da Aliança e cumprindo determinados critérios orgânicos. (Bakunin, 2000e, p. 11)

Mas Bakunin considera que há ainda outras funções a serem desempenhadas pelos quadros: a definição e a garantia de funcionamento orgânico, naquilo que diz respeito aos distintos níveis da organização, às suas instâncias deliberativas e executivas, aos seus processos orgânicos e as funções de seus membros; a discussão, a definição e o aprimoramento das análises estruturais e conjunturais, das posições político-doutrinárias, programáticas, estratégicas e táticas da organização; a elaboração e a promoção de uma política permanente de captação, capacitação e formação de militantes; a criação e o gerenciamento de uma política de finanças e de um caixa comum; a preparação, o arquivo e a distribuição dos documentos da organização; a garantia de relações entre os militantes e de solução de conflitos entre eles conforme regras orgânicas; o estabelecimento de relações com outras organizações e pessoas. (Bakunin, 2000b, 2000e)

No que diz respeito às características de um quadro da Aliança:

As qualidades requeridas de todos os irmãos internacionais [quadros plenos da Aliança] – exceto aquelas que constituem um bom e devotado conspirador revolucionário, tais como a verdadeira paixão revolucionária, a firmeza, a constância, a discrição, a prudência, a energia do caráter, a inteligência, a coragem – são: a capacidade de elevar-se natural e espontaneamente acima de todas as estreitas inspirações da ambição e da vaidade pessoais, da família e do patriotismo, e essa outra qualidade, ainda mais rara entre os homens de energia e inteligência, a capacidade de submergir sua própria iniciativa pessoal na ação coletiva.

É necessário que, para cada irmão internacional, nosso programa, assim como nossa política e as nossas táticas revolucionárias, sejam mais que o resultado de uma vã abstração filosófica, mais do que a

expressão de aspirações incertas e vagas. É necessário que eles tornem-se sua vida, sua paixão dominante, sua consciência e seu instinto cotidianos, ao mesmo tempo refletidos e ardentes. Externamente, da maneira mais fria possível; internamente, de modo tão ardente que nenhuma sedução exterior possa jamais prevalecer sobre eles e que nenhum sofisma, teórico ou prático, possa desviá-los de seu caminho. (Bakunin, 2000e, pp. 13-14)

Entende-se, aqui, que, para o autor, o membro da organização de quadros deve *ter, ou buscar ter ao longo do tempo*, um conjunto de qualidades, que necessitam estar incorporadas em seu cotidiano e que podem ser divididas em duas partes: uma, comum a todos os bons e devotados conspiradores, e outra, particular dos aliancistas, em razão dos fins que propõem atingir e dos meios que consideram válidos para tanto.

No primeiro caso, os aliancistas têm de ser: apaixonados pela revolução, firmes, constantes, discretos, prudentes, enérgicos, inteligentes e corajosos. No segundo caso, eles devem ser “sinceramente devotado[s] às nossas ideias [da Aliança]”, “capazes de servir de intermediários entre a ideia revolucionária e os instintos populares” e, por isso mesmo, funcionar como parteiros da revolução. Essa paixão revolucionária, à qual se pode referir como “ter o diabo no corpo”, exige “impor-se os maiores sacrifícios”. O quadro aliancista possui, portanto, um alto nível de dedicação: “cada irmão [militante] está em missão permanente”. Isso porque “todos os dias, desde a manhã até a noite, seu pensamento e sua paixão dominante, seu dever supremo, devem ser a propaganda dos princípios da Aliança, seu desenvolvimento e o aumento de sua potência”. (Bakunin, 2000b; Bakunin, 2000e, p. 22)

Esses militantes devem não apenas ter boa vontade e honestidade, mas descartar a ambição e a vaidade (pessoais, familiares e patrióticas) e fundir seu trabalho individual num projeto revolucionário coletivo. Precisam, além disso, exercer a crítica e a autocrítica, e respeitar os fundamentos éticos que regulam todas as relações dos quadros da Aliança entre si e com os trabalhadores. Entre outros aspectos, tais fundamentos preconizam que, no que diz respeito à “dominação” e à “exploração [...] sobre as massas”, os aliancistas devem ter “renunciado a exercê-las, sob qualquer forma que seja”; pois aqueles que o fizerem, serão “impiedosamente excluídos”. (Bakunin, 2000b; Bakunin, 2000e, pp. 15-16)

PRINCÍPIOS, PROGRAMA E CRITÉRIOS DE CONDUTA

Bakunin considera ainda que a organização de quadros conta com um conjunto de princípios, programa e critérios de conduta que serão agora expostos. Cumpre

recordar que “a ciência compreende o pensamento da realidade, e não a realidade em si”. (Bakunin, 2014b, p. 292) Por isso, as análises conjunturais e estruturais da realidade devem ser mais flexíveis, adaptando-se no sentido de um entendimento mais preciso do mundo, do mesmo modo que os planos concretos de ação, que se adaptam às análises visando a promover o programa estratégico.

Distintamente, o programa máximo, mas sobretudo os princípios organizativos, os princípios político-doutrinários e os fundamentos éticos (incluindo os critérios de conduta dos membros) são menos flexíveis e, por isso, modificam-se menos em termos temporais e espaciais. Os quadros da Aliança têm de ser “inflexíveis em tudo aquilo que diz respeito ao nosso princípio, à nossa lei suprema, à nossa moralidade, à transparência e à solidariedade mútuas em todas as empreitadas e ações”, ou seja, devem ser “inflexíveis em tudo aquilo que toca o interesse comum da Aliança”. (Bakunin, 2000d, p. 6)

Os princípios organizativos da Aliança são: 1.) Pensamento comum (princípios, teoria, análises da realidade, programa, plano de ação); 2.) Ação comum (prática, implementação de programa e plano de ação); 3.) Compromisso entre membros (autocontrole fraterno dos membros e responsabilidade mútua entre cada membro e a Aliança como um todo).

Exige-se dos membros “não pensar e nem agir senão em comum”. (Bakunin, 2000d, p. 6) E que, tanto “nas grandes como nas pequenas coisas que tiverem qualquer relação com o trabalho comum, devemos esforçar-nos, de agora em diante, a pensar, a querer e a agir em comum”. Prescreve-se, ainda, que, na organização de quadros, “não pode haver partidos diferentes”, que todos devem possuir “absolutamente o mesmo programa, a mesma política e as mesmas táticas revolucionárias, e também o mesmo método de recrutamento”, e que “todos seus membros” precisam atuar “obedecendo a um plano de ação coletivamente estabelecido”. (Bakunin, 2000e, pp. 13, 19, 22, 25)

Essa unidade é atingida por meio de um processo decisório federalista, do qual os membros participam por meio das devidas instâncias; podem exercer as funções organizativas, eleger e ser eleitos em caso de delegação. Eles são os maiores responsáveis pela implementação das deliberações no cotidiano da organização e pela garantia de que elas sejam executadas. No processo decisório, cabe a cada um aportar “à organização tudo aquilo que possui de melhor em matéria de pensamento, de maneira tal que um pensamento, uma vez emitido pelo indivíduo e aceito pela coletividade torna-se, logo, um pensamento não dele mas coletivo”. (Bakunin, 2000d, p. 6)

Esse processo coletivo de discussão e influência natural – em que todos os membros, sob as mesmas bases, trocam informações, pontos de vistas, perspectivas, influenciam e são influenciados, persuadem e são persuadidos – pretende chegar a um denominador comum, se possível por meio da unanimidade (consenso), mas não necessariamente. Os aliancistas “[consultam-se] uns aos outros, chegando, na medida do possível, a resoluções unânimes”. (Bakunin, 2000e, p. 22) Buscar a unanimidade “na medida do possível” significa que a organização de quadros prioriza o consenso entre membros em suas decisões, mas que ela aceita, em muitos casos, as votações por maioria (simples, de 2/3 etc., a depender do caso). (Bakunin, 2000b)

Proporcionando as condições para as amplas discussões entre os membros e para que todas as suas posições individuais possam ser colocadas e debatidas, uma vez deliberadas, as questões e posições assumidas tornam-se obrigatórias a todos, pelo menos até que decisões distintas sejam tomadas. No caso da instância máxima da organização de quadros, ela

discutirá e determinará o plano geral de ação revolucionária da Aliança, plano este que, uma vez estabelecido, só poderá ser revogado por ela; e enquanto ele não houver sido por ela revogado, será *absolutamente* obrigatório para todos os Conselhos nacionais que devem, a todo o custo, fazer com que seja levado a cabo em seus respectivos países, sob a vigilância constante do Bureau Central, que terá não apenas o direito mas o dever de lembrá-los, sempre que necessário, da observação estrita e ativa desse plano. (Bakunin, 2000e, pp. 26-27)

Além das instâncias deliberativas que servem para as tomadas de decisão e contam com a autodisciplina dos membros para execução, há órgãos de controle (como o bureau) que garantem o cumprimento daquilo que foi decidido. Preconiza-se o “controle fraternal de todos sobre cada um e de cada um sobre todos”. (Bakunin, 2000e, p. 18) Diferente da Internacional, que conta com a autonomia das seções, os membros da Aliança “não podem tomar qualquer medida relativa à propaganda e à organização revolucionária sem o consentimento dos irmãos vizinhos” e, mais especificamente, “nenhum irmão aceitará função pública sem o consentimento dos irmãos vizinhos”. (Bakunin, 2000b) E só se torna membro aquele que tiver concordância com as posições historicamente acumuladas.

Os princípios político-doutrinários da Aliança são: 1.) Negação das compreensões teológicas de mundo, incluindo as liberais e individualistas, e a adoção de um quadro materialista, naturalista e científico de análise da realidade; 2.)

Entendimento do indivíduo como produto da sociedade e do trabalho como único produtor de valor e fundamento da sociedade, o que implica que o homem só pode emancipar-se em meio à sociedade e por meio do trabalho; 3.) Compreensão da sociedade como um terreno de relações de dominação em todos os níveis (que inclui a exploração), sobretudo entre classes – caso em que uma minoria de privilegiados domina uma maioria de trabalhadores e subsidia a existência de uma luta de classes; 4.) Rejeição da dominação em todos os níveis, em especial as de base classista, mas não apenas elas; 5.) Afirmação de que a liberdade, produto do desenvolvimento histórico, deve pautar todas as relações humanas, ser coletiva e individualmente buscada, juntamente com a igualdade econômica e social – tal deve constituir o fundamento ético da sociedade; 6.) Convicção de que a possibilidade de um futuro emancipado reside apenas nos trabalhadores, nas classes despossuídas, as quais, libertando a si mesmas, libertarão toda a humanidade. (Bakunin, 2009, pp. 69-81)

O programa estratégico (programa máximo) da Aliança é: 1.) Extinção das religiões instituídas e da influência teológica autoritária na vida; 2.) Fim das classes sociais, da exploração do trabalho e da dominação em geral, incluindo aquelas relativas à mulher; 3.) Socialização da propriedade (distribuição de acordo com o trabalho realizado), fim do direito de herança (tendo em vista a possível manutenção das pequenas propriedades camponesas que não usufruam da exploração) e democratização do saber (instrução integral para todos sob responsabilidade da sociedade); 4.) Abolição dos Estados e sua substituição pelas associações agrícolas e industriais dos trabalhadores; 5.) Liberdade e igualdade em todos os níveis, com preservação da diversidade; 6.) Promoção de uma política revolucionária, classista e internacionalista – e, por isso mesmo, contrária ao nacionalismo –, que fortaleça os trabalhadores em sua luta de classes e os impeça de qualquer conciliação ou aliança com os inimigos; 7.) Garantia de uma sociedade socialista libertária e igualitária baseada nas associações de trabalhadores organizando-se e articulando-se por meio do federalismo. (Bakunin, 2000a; cf. também: Angaut, 2005, p. 554) Esse programa orienta as estratégias mais restritas e as táticas da Aliança, e, assim, o “plano geral de ação revolucionária da Aliança” e a “tática revolucionária da Y. [Aliança]”. (Bakunin, 2000e, pp. 9, 27)

Em termos dos critérios de conduta dos membros da organização de quadros tem-se o seguinte. Em primeiro lugar, a necessidade de concordância com os princípios e o programa. Em segundo lugar, certas regras de comportamento e relação entre membros, das quais se desprendem valores que devem ser cultivados e promovidos,

configurando um tipo de ética interna. “Cada irmão internacional será para todos os outros mais irmão que um irmão natural.” (Bakunin, 2000a) E tem de cultivar e praticar, uns com os outros, a afeição, o respeito, a sinceridade, a confiança, a solidariedade, a dedicação, a fidelidade e a generosidade. (Bakunin, 2000e, p. 19)

Eles comprometem-se a abandonar a manipulação e a mentira entre si: “os sistemas de manipulação e de mentira jesuíticos” precisam ser totalmente excluídos, visto que envolvem “meios e princípios nocivos, dissolventes e degradantes”. (Bakunin, 2017, p. 135) Os aliancistas têm de ser sinceros uns com os outros e exercer a “transparência sem reserva por tudo aquilo que se relaciona à sua própria vida, tanto pública quanto privada”. Mas, por questão de segurança, ninguém deve saber mais que o necessário: “a indiscrição e curiosidade sem sentido são defeitos completamente antirrevolucionários”. (Bakunin, 2000e, pp. 20, 32)

“Todos dedicam-se a cada um e cada um a todos. Cada irmão é socorrido e deve sacrificar-se por todos os outros nos limites do possível.” (Bakunin, 2000a) Ademais, os membros cultivam um espírito crítico, mas que é, ao mesmo tempo, construtivo, e que preza por esse fortalecimento orgânico. (Bakunin, 2000d, p. 6) Limites e problemas individuais existem e sempre existirão, mas eles têm de ser superados, ou ao menos minimizados e corrigidos, pelas qualidades coletivas da organização. Estas fortalecem cada membro da organização: “cada um de nós sente a necessidade de completar-se, corrigir-se e fortificar-se pela inteligência, pela moral e pela energia de toda nossa coletividade, devendo a força, a virtude e o espírito de todos tornarem-se aquele de cada um de nós”. (Bakunin, 2000e, p. 20)

Dessa maneira, cultiva-se a responsabilidade entre um e todos, indivíduo e coletivo, a qual se exerce com o “controle fraterno aberto de todos por cada um”, que permite evitar, identificar e tratar os mais variados problemas. Contudo, tal controle nunca pode ser “incômodo, mesquinho e, sobretudo, malévolo”; ele precisa substituir o “controle jesuítico” e excluir “a desconfiança ruim, o controle perverso, a espionagem e as delações recíprocas”. Deve ser feito por meio da “educação moral, com o pilar da força de cada membro, com a base da confiança fraterna mútua, na qual se fundará toda a força interior e, portanto, exterior da associação”. (Bakunin, 2017, pp. 131, 136) Sendo identificados problemas, a solução precisa ser buscada não apenas por meio das mencionadas preferências pela (re)educação em relação à punição e pela generosidade, mas através da consideração do esforço e da fidelidade dos membros envolvidos: “devemos agir franca e prontamente, jamais por trás daquele que estiver sendo acusado,

mas diretamente, seja dirigindo-se apenas a ele ou fazendo as observações necessárias a ele, na presença de todos os outros irmãos”. (Bakunin, 2000e, p. 21) Divergências políticas e pessoais entre os membros nunca podem ser trazidas a público e muito menos aos tribunais do Estado: os aliancistas “jamais se atacam, nem expõem suas querelas em público ou nos tribunais”. (Bakunin, 2000a)

Esse processo de tratamento de problemas, equívocos e conflitos baseia-se na expectativa de que todos os membros da organização precisam cultivar um espírito construtivo de crítica e autocrítica – devem saber falar e ouvir, persuadir e ser persuadidos, educar e ser educados por esse processo coletivo.

Enfim, a organização de quadros também opera sob a lógica dos círculos concêntricos. A Aliança divide-se em três níveis geográficos – Internacional, Nacional e Regional/Local – e opera com dois níveis de membros – Irmãos Internacionais e Irmãos Nacionais. Relaciona esses níveis de maneira federalista e propõe, com eles, garantir a eficácia organizativa e a correspondência entre direitos e deveres dos membros. (Bakunin, 2000a; Bakunin, 2000e; Bakunin, 2000d)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Angaut, Jean-Christophe. *Liberté et Histoire chez Michel Bakounine*, 2 vols, Nancy, Université Nancy 2 (doutorado em Filosofia), 2005.
- Bakunin, Mikhail. “Programme et Règlement de l'Alliance Internationale de la Démocratie Socialiste” (3 documentos, 1868), *CD-ROM Bakounine: Œuvres Complètes (BOC)*, Amsterdã, IIHS, 2000a.
- _____. “Statuts Secrets de l’Alliance” (5 documentos, 1868), *BOC*, Amsterdã, IIHS, 2000b.
- _____. “Fraternité Internationale: programme et objet” (1868), *BOC*, Amsterdã, IIHS, 2000c.
- _____. “Carta a Tomás Gonzáles Morago (21 de maio de 1872)”, *BOC*, Amsterdã, IIHS, 2000d.
- _____. “Programme de la Fraternité Internationale” (1872), *BOC*, Amsterdã, IIHS, 2000e.
- _____. “Programa da Sociedade da Revolução Internacional” (1868), em: *Catecismo Revolucionário / Programa da Sociedade da Revolução Internacional*, São Paulo, Imaginário/Faísca, 2009.
- _____. “Carta aos Irmãos da Aliança na Espanha (12-13 de junho de 1872)”, em: *Escritos Contra Marx*, São Paulo, Imaginário, 2014a.
- _____. “Sofismas Históricos da Escola Doutrinária dos Comunistas Alemães” (1871), em: Ferreira, Andrey C.; Toniatti, Tadeu (orgs.), *De Baixo para Cima e da Periferia para o Centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin*, Niterói, Alternativa, 2014b.
- _____. “A Serguei Netchaiev (2 de junho de 1870)”, em: Avrich, Paul, *Bakunin & Netchaiev*, Aparecida de Goiânia, Escultura, 2017.
- Berthier, René. “Bakounine: une théorie de l’organization”. *Monde Nouveau*, 2012.

- _____. “Postface”, em: Antonioli, Maurizio, *Bakounine: entre syndicalisme révolutionnaire et anarchisme*, Paris, Noir et Rouge, 2014.
- _____. *Social-Democracy & Anarchism in the International Workers’ Association (1864-1877)*, Londres, Anarres, 2015.
- Corrêa, Felipe, *Liberdade ou Morte: teoria e prática de Mikhail Bakunin*, São Paulo, Faísca/ITHA, 2019.
- Lehning, Arthur, “Bakunin’s Conceptions of Revolutionary Organizations and Their Role: a study of his ‘secret societies’”, em: Abramsky, Chimen (org.), *Essays in Honour of E. H. Carr*, Londres, Macmillan, 1974.
- Leval, Gaston, *La Pensée Constructive de Bakounine*, Paris, Spartacus, 1976.
- _____. *Bakunin, Fundador do Sindicalismo Revolucionário*, São Paulo, Imaginário/Faísca, 2007.
- Rivas, Gabriel, “Introducción: La Organización Política en el Pensamiento Bakuniniano: presentación a la ‘Carta a Netchayev, 2 de junio de 1870’”, em: Bakunin, Mikhail, *Carta a Netchayev*, Santiago, Pensamiento y Batalla, 2014.
- Vuilleumier, Marc, “Les Archives de James Guillaume”. *Le Mouvement Social*, 48, Paris, Les Éditions Ouvrières, 1964.
- _____. “Bakounine et le Mouvement Ouvrier de Son Temps”, em : Catteau, Jacques (org.), *Bakounine: combats & débats*, Paris, Institut d’Estudes Slaves, 1979.